

ATA DE REUNIÃO 34/2009

Ata 34/2009 - Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e nove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião ordinária, contando a presença dos seguintes conselheiros: Solange Silva Santos Fidelis, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Nelson Kissler, Maria Inês Borges Mânica, Lucimar Recalcatti Vieira, Raquel Cassol, Celito Francisco Zanon Rossato, Valdair Alberton Baggio, Lauro Edvino dos Santos, Renate Neumann Schewe Cardoso, Roseli Terezinha Gass, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Loiva Fátima Bortolanza, Esther Luiza de Souza Lemos, Maria Lúcia Rodrigues, Edgard Ravache, Marcia Fath, Ottilia Grigolo Friedrich, Maria Antonia, Ruth Lemes Palma Tiago Henrique Godoy da Silva, Valdenice dos Santos Souza, Andréia Paula Tadiotto, Alexandre Helfer, Junior Henrique Pinto, Alcídio Roques Pastório, Sandra Cordeiro Muniz, Lisiane e como participantes: Claudete F. Colombo, Vagner Nunes, Kelli Maria Schaufelberger, Aline Juliana Scher, Rafaela Brustolin Hellmann, Andressa Caroline Müller, Inês Jasinski, Rosiany Favareto, Marise W. Christmann, Jaqueline Maria Heck, Christiane Karla Spielmann e Tania R. S. Midding. A presidente do CMAS, Maria Inês B. Mânica, saudou os conselheiros presentes e apresentou a pauta do dia: a) Apreciação e aprovação da Ata 32/2009; b) Informes da Secretaria Executiva – correspondências recebidas e expedidas; c) Relato das Comissões: Técnica, Fiscalização e Orçamento; d) Bolsa Família: apresentação da execução dos recursos do IGD e resumo do Relatório do Convênio com a UNIOESTE; e) Informes da Gestão: Monitoramento de Gestão, Questionário dos Benefícios Eventuais e Termo de Aceite e Opção do Piso básico de Transição – PBT; f) Informes Gerais. Em seguida, a presidente, Maria Inês B. Mânica ressalta a importância da participação dos conselheiros nas reuniões e do trabalho das comissões. O conselheiro Lauro E. dos Santos menciona que a maioria dos conselheiros faltosos são representantes da administração pública. A conselheira Lucimar R. Vieira diz que os usuários também não estão participando e que é importante chamá-los para as reuniões. O conselheiro Nelson Kissler pede a inclusão do assunto sobre o aumento do valor da per capita para o ano de 2010 na pauta do dia, sugestão aceita pela mesa diretora. No item A da pauta, Maria Inês sugere alteração nas linhas 114 e 148 da ata 32/2009 e, em seguida é aprovada. A conselheira Solange Fidélis questiona sobre a ata da reunião extraordinária, a qual também deveria estar para aprovação nesta reunião. Tania Midding, secretária executiva, diz que não houve tempo hábil para concluí-la para esta reunião. Dessa forma, fica acordado que a ata 33/2009 da reunião extraordinária será apresentada para aprovação na próxima reunião ordinária. No item B da pauta, Tania relata que não houve correspondências recebidas e faz a leitura das correspondências expedidas, sendo elas: a) Ofício 53/2009 da Secretaria Executiva encaminhando os processos de renovação de registro da FUNET e da Casa de Maria para a Comissão de Fiscalização; b) Ofício 54/2009 da Secretaria Executiva encaminhando o pedido de renovação de registro da APAE para a Comissão Técnica; c) Parecer do CMAS dando aval ao recebimento de alimentos doados pela CONAB às entidades: Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass-Lions, Associação Promocional e Assistencial de Toledo – APA, Ação Social São Vicente de Paulo, Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA, Centro Comunitário e Social Dorcas, Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, Centro Assistencial da Diocese de Toledo – Casa de Maria, Fundação Educacional de Toledo – FUNET e Associação de Pais e Amigos do CAIC – APAC, as quais atendem crianças e adolescentes do Município. No item C da pauta, a conselheira Raquel Cassol informa que a Comissão Técnica está com os processos de renovação de registro para análise das seguintes entidades: Lar Irmãos Dentzer e Centro de Educação Infantil Ledi Maas – Lions. Em relação à Comissão de Fiscalização, a conselheira Roseli Gass, membro desta comissão, diz que o presidente da comissão não tem comparecido nas reuniões da comissão e, em seguida faz um relato sobre o acompanhamento que a comissão fez no preenchimento do censo CRAS e CREAS. Relata sobre os problemas identificados nos CRAS em relação a Recursos humanos e estrutura física, pelo fato dos espaços estarem compartilhados com outros órgãos e falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos, levando em consideração que nenhum órgão público pode ser inaugurado ou iniciar atendimentos sem acessibilidade. Roseli ressalta as particularidades de

cada CRAS. Relatou que no CRAS do Coopagro a casa é alugada com apenas um banheiro e não há acessibilidade, não tem Psicólogo nem Assistente Social. Lembra ainda que de acordo com a NOB, cada CRAS deve ter dois assistentes sociais e um psicólogo mais um coordenador. O conselheiro Lauro E. Santos complementa que há computadores, porém não estão ligados à internet. Com relação ao CRAS do Jardim Europa é o que mais fere os direitos do usuário, pois não oferece privacidade no atendimento, devido a acústica das salas de atendimento, ferindo as questões éticas do sigilo profissional. Enfrenta também problemas com RH, estrutura física e falta de disponibilidade de veículos para realização de visitas domiciliares, sendo ainda, compartilhado com a associação de idosos. Outro agravante no CRAS do Europa é que, quando tem os encontros dos idosos com bailinho, inviabilizando o atendimento. Lauro observa que há um diferencial no número de visitas domiciliares realizadas pelo CRAS do Europa, comparativamente maior às visitas realizadas pelo CRAS da Vila Pioneiro, devido ao fluxo de atendimento, tal fato pode acarretar comparações na questão de desempenho dos profissionais. Roseli Gass atenta para o coletivo de pró-jovem que foi desativado no CRAS II - Europa pela falta de demanda, chamando a atenção da incompatibilidade deste fato pela extensão do bairro e condição social dos moradores. A conselheira Loiva Bortolanza diz que na visita in loco realizada pela comissão, verificou que existem inúmeras dificuldades e que os profissionais estão se desdobrando para prestar os serviços. Quanto ao CRAS da Vila Pioneiro, Roseli Gass observa que este é o mais antigo, porém o espaço não é próprio, mas compartilhado com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Diz ainda que provavelmente a CIB dará um prazo para a Secretaria de Assistência Social sair deste espaço, deixando-o apenas para utilização do CRAS. Ressalta que há uma dificuldade de entendimento do público em diferenciar o CRAS do Provopar pelo fato de ainda constar a placa do Provopar no portão de entrada do CRAS e da Secretaria. Enfatiza ainda que o prédio é cedido pelo Estado e por isso, o Município não pode realizar obras ou grandes reformas no local. Neste sentido, o conselheiro Lauro fala sobre a possibilidade de diferenciar o CRAS da Secretaria através de uma pintura própria para o CRAS. Após o relato da comissão de fiscalização, a conselheira e Diretora de Departamento de Gestão, Maria de Lurdes Silveira, esclarece que a internet e o telefone para o CRAS do Coopagro serão instalados ainda neste mês e, quanto aos profissionais, estes serão contratados em 2010. Maria de Lurdes faz um questionamento aos conselheiros mais antigos sobre como o CMAS aprovou o projeto dos CRAS que estão em funcionamento. A conselheira Lucimar R. Vieira informaram que o projeto apresentado ao CMAS foi diferente do que foi executado posteriormente. Maria de Lurdes ressalta que em relação ao CRAS da Vila Pioneiro será realizada pintura e instalação da placa padrão e será retirada a placa do Provopar do local e diz que no próximo censo dos CRAS em 2010, estes estarão funcionando com estrutura física e recursos humanos como estabelece a NOB. A conselheira Esther Luiza expressa a preocupação em relação censo realizado, porque as informações vão diretamente para o Estado. Diz que se o Conselho não viu ou não cobrou no processo de habilitação do Município em 2005, este também falhou em relação ao acompanhamento da execução pelo Órgão Gestor, o qual não cumpriu com suas obrigações em dar as condições necessárias para o bom funcionamento. Esther diz ainda que os CRAS precisam estar de acordo com a legislação, do contrário o Município pode perder a habilitação. Diz reconhecer que a gestão atual está tomando para si o compromisso de reorganizá-los e cabe ao conselho exercer a fiscalização. A conselheira Solange Fidelis diz que existe uma dificuldade de metodologia de trabalho, pois os CRAS devem manter o mesmo padrão de atendimento. Neste sentido, relata que os profissionais do CRAS estão iniciando um trabalho conjunto, com reuniões entre eles todas as sextas-feiras de cada mês, para avançar nesse sentido. Em seguida, o conselheiro suplente, Tiago Godoi diz que um dos papéis do CRAS é buscar atender o público do Cad Único e Bolsa Família, e que estarão repassando as listas dos beneficiários aos CRAS, para estes estarem realizando o acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades. Neste momento, a presidente Maria Inês B. Mânica pontua que foram levantadas questões de estrutura física, falta de carro, de recursos humanos e de metodologia de trabalho e que o Órgão Gestor deve tomar algumas providências de adequamento. A assistente social do CERTI do Coopagro, Rosiany Favareto, diz que o CMAS deve atentar-se também para os CREAS na questão de estrutura e recursos humanos para não acontecer a mesma situação dos CRAS. O conselheiro Lauro E. Santos sugere que a comissão de fiscalização realize as visitas in loco para um melhor acompanhamento. A conselheira Esther Luiza propõe que após o parecer da comissão de fiscalização, o Conselho deverá definir metas e prazos para o Órgão

Gestor readequar os CRAS, e que estes deverão ser oficializados através de resolução do CMAS. Maria de Lurdes Silveira diz que já houve uma discussão com o Secretário de Assistência Social sobre esta situação e que este encaminhamento irá ajudar no processo de reordenamento e estruturação da Política Municipal de Assistência Social. A seguir, Maria de Lurdes relata que a comissão de fiscalização realizou visita à Funet no dia anterior, e apresentarão o parecer na próxima reunião ordinária. No item D da pauta, Inês Jasinski se apresenta enquanto presidente da Comissão do Bolsa Família e passa para a Coordenadora do Programa Bolsa Família, Andressa C. Müller para fazer a apresentação da prestação de contas referente a utilização dos recursos do IGD (Índice de Gestão de Descentralizada), para ser homologado por este Conselho. Ela faz primeiramente uma breve explanação sobre o que é o IGD, esclarecendo que o valor repassado ao Município pode oscilar dependendo do acompanhamento realizado e do envio das informações no sistema do Programa Bolsa Família. Em seguida apresenta o plano de aplicação de 2009, tendo como previsão de entrada um valor de R\$ 74.217,00 (Setenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais), sendo que desses R\$ 54.217,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais) são para aquisição de equipamentos e materiais permanentes e R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para contratação de serviços de terceiros. Andressa apresenta os valores repassados para Município até o mês de setembro de 2009, ficando disposto da seguinte forma: superávit (saldo reprogramado) 2008 - R\$ 44.562,43 (quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos); repasse até setembro de 2009 R\$ 48.455,58 (quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos); rendimentos R\$ 2.492,78 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos); contrapartida do Município 2009 R\$ 10.238,00 (dez mil, duzentos e trinta e oito reais); total geral R\$ 105.748,79 (cento e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos). Dos valores reprogramados de 2008, a comissão do Bolsa Família deliberou pela compra de vinte balanças digitais e vinte réguas pediátricas para a saúde; sete computadores, sendo distribuídos para a saúde, educação, PETI e Bolsa Família; uma máquina fotográfica digital para o Programa Bolsa Família; uma cadeira para o técnico da saúde que alimenta o sistema do Programa Bolsa Família e; um projetor multimídia para o Departamento de Gestão da Secretaria de Assistência Social. O conselheiro lauro E. Santos questiona se existe algum registro desses equipamentos que são repassados para outras áreas e o conselheiro Tiago Godoy responde que sim, pois são identificados por plaquinhas de patrimônio e termos de responsabilidade. Andressa Müller colocou que, com os recursos que já entraram até setembro deste ano, foi realizado convênio com a UNIOESTE com duração de três meses para realizar a atualização dos cadastros, sendo esta uma exigência do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, diz ainda que foram contratados vinte estagiários através deste convênio, cujo relatório será apresentado a seguir. Neste sentido, Andressa relata que foram visitados quatro mil, novecentos e quarenta e três (4.943) domicílios, sendo apresentado através de gráfico com a seguinte interpretação: um mil cento e oitenta e nove (1.189) foram visitados e atualizados; um mil cento e quarenta e dois (1.142) não foram encontrados; novecentos e um (901) não moram mais no endereço; quatrocentos e oito (408) considerado como outros; oitocentos e cinquenta e um (851) não estavam em casa; cento e setenta e sete (177) foram visitados duas vezes; cento e cinquenta (150) foram atualizados na Secretaria de Assistência Social devido a falta de documentos e; cento e vinte e cinco (125) visitados e excluídos. Estão em andamento os processos licitatórios de um carro e mais equipamentos para os CRAS e capacitação para funcionários. A presidente, Maria Inês B. Mânica, coloca para aprovação da plenária a homologação referente as decisões da Comissão Bolsa Família, referente a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e serviços de terceiros com os recursos do IGD, sendo aprovado por unanimidade. No item E da pauta, Tania Midding repassou que o monitoramento de gestão está agendado para o dia vinte e quatro de novembro à nove horas e trinta minutos, no auditório da Prefeitura; em relação ao questionário dos benefícios eventuais, disse que ficou decidido em reunião do conselho que o preenchimento seria acompanhado por um membro de cada comissão do CMAS. No entanto, apenas a conselheira Roseli Gass, representando a comissão de fiscalização, compareceu para auxiliar e acompanhar o preenchimento, o qual foi realizado e enviado no prazo; quanto ao PBT (piso básico de transição), informou que foi preenchido o termo de aceite e opção e enviado. A conselheira Lucimar R. Vieira perguntou se o PBT virá até dezembro para as entidades e, Tania responde que sim, que o Município começa a receber e executar o PBT a partir de janeiro de dois mil e dez. No item F, dos informes gerais, o conselheiro Nelson Kissler diz que em dois mil e oito houve uma

discussão sobre o reajusto do valor do per capita repassado pela prefeitura às entidades. Neste sentido, o conselheiro Nelson Kissler pede o apoio do Conselho no sentido de uma mobilização para efetivar este reajuste. Maria de Lurdes Silveira se responsabilizou em organizar uma reunião com as entidades o mais breve possível para discutirem sobre o assunto. Na sequência, a conselheira Esther Luiza questiona se alguém possui informações sobre o projeto de lei que passou pela Câmara Municipal sobre um benefício eventual no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para gestantes e pergunta se este benefício é com recursos da Assistência Social. A conselheira Loiva F. Bortolanza diz que é um benefício oferecido pela Saúde para gestantes que realizarem o pré-natal com no mínimo sete consultas. Em seguida o conselheiro Lauro E. Santos faz um comentário sobre a fala do Ministro Patrus Ananias sobre a bancarização do benefício do Bolsa Família, menciona sobre o sinistro ocorrido no Piá Ambiental e pergunta a Maria de Lurdes Silveira sobre o transporte para a Conferência Estadual de Assistência Social. A conselheira confirma o transporte para Curitiba e informa que o Piá Ambiental será reconstruído e no momento está funcionando no Centro de Eventos Desiré Refosco, na Vila Pioneiro. Maria de Lurdes lembra aos conselheiros que o encerramento das atividades de dois mil e nove ocorrerá entre os conselhos de Assistência Social, da Criança e do Adolescente e do Idoso, no dia quinze de dezembro, às oito horas e trinta minutos, no auditório da ACIT. A presidente, Maria Inês B. Mânica, encerrou a reunião às dez horas e vinte minutos, agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Tania Midding, Secretária Executiva deste Conselho, findo a presente ata que depois de aprovada pelos membros deste conselho segue assinada por mim e demais presentes.